

# BOLETIM CNE

## CNE PARTICIPOU DE REUNIÃO COM A ELETROBRAS PARA DISCUTIR UM NOVO MODELO DE PLR

Foi realizada no dia 25 de julho a primeira reunião de discussão do novo modelo de PLR entre a comissão do CNE e a direção da Eletrobras, na sede da Holding, no Rio de Janeiro.

Foram cerca de 2 horas de debates com o Diretor de Administração Manoel Aguialdo Guimarães, o Relações Sindicais, Mauricio Joseph, e Rodrigo Madeiro (departamento jurídico). Na oportunidade os trabalhadores ressaltaram a importância de se buscar uma metodologia que reconheça os esforços de toda a categoria para o fortalecimento do Sistema, para isso apresentaram um documento com as premissas necessárias para a formulação de PLR (veja no verso).

A comissão da PLR do CNE é formada pelos seguintes companheiros (as) : Fernando Perei-

ra ( Secretário de Energia) , Franklin Moreira ( Presidente da FNU), Emanuel Mendes (Eletrobras), Fabíola Antezana e Wellington Diniz (Sindinorte), Sérgio Vieira (Intersul), Agemanon Oliveira (Fisenge), Antônio Magalhães (InterFurnas), Raimundo Lucena e Fernando Neves (Intersindical Nordeste), Nailor Gato e Francisco Marques (Intersindical Distribuidoras). Durante a reunião os representantes do Sistema

Eletrobras assumiram o compromisso de apresentar até o dia 30 de setembro de 2014 uma proposta construída de PLR .

Os trabalhadores devem ficar atentos, participando das reuniões, discutindo com seus sindicatos, para que a PLR seja construída dentro de bases justas. Participe!



### CALENDÁRIO PROPOSTO PELO CNE AO SISTEMA ELETROBRAS

O CNE encaminhou ofício a Eletrobras propondo que as reuniões sobre a PLR sejam realizadas nas seguintes datas:

13/08 – Reunião do CNE e Eletrobras- Brasília

29/08- Comissão de PLR do CNE e Eletrobras- Brasília

12/09- Comissão de PLR do CNE e Eletrobras- Brasília

24/09 – Reunião do CNE e Eletrobras

# Premissas do modelo de PLR apresentado pelo CNE

- 01 - Um acordo feito através de Negociação NACIONAL, com uma comissão denegociação com participação ativa da Federação em todas as etapas da negociação, inclusive no acompanhamento da execução das metas;
- 02 - Um acordo que não tenha o lucro como condicionante para o pagamento dos resultados (ou vice-versa),
- 03 - Um acordo que garanta a transparência nas informações por parte da Eletrobras, que deve fornecer todos os dados necessários à definição das metas e ao seu acompanhamento;
- 04 - Um acordo que garanta divulgação ampla e periódica, por parte da Eletrobras, de acompanhamento dos indicadores acordados e regras claras de acompanhamento para que os trabalhadores possam, inclusive, negociar alterações de procedimentos ao longo do exercício;
- 05 - Um acordo que tenha indicadores compreensíveis para todos os empregados em metas factíveis dentro da jornada normal, para que não haja uma intensificação do ritmo de trabalho e nem prejuízos à saúde do trabalhador. Para tanto, devem ser exaustivamente discutidos os procedimentos de trabalho para o alcance das metas;
- 06 - Um acordo que seja baseado em metas coletivas, válidas para todos os empregados da empresa
- 07 - Um acordo que tenha metas de contrapartida, de responsabilidade da Eletrobras, de forma que sejam asseguradas as condições ideais para que o trabalho seja executado, visando os objetivos acordados;
- 08 - Um acordo em que a PLR não signifique a substituição das parcelas fixas do salário e nem dos benefícios constituídos;
- 09 - Um acordo baseado em princípios distributivos, que assegure o pagamento da PLR em valores semelhantes para todos os trabalhadores ou, no mínimo, através de um sistema misto, com uma parcela do montante igual para todos e outra proporcional ao salário;
- 10 - Um acordo que contemple todos os trabalhadores da empresa, incluindo, os licenciados por motivos médicos, as mães em licença maternidade ou adoção, os afastados por acidente de trabalho, os dirigentes sindicais.
- 11 - Garantir pelo menos uma folha, com distribuição linear, vinculada aos dividendos obrigató-

**SEMINÁRIO**

**A Terceirização no Brasil: IMPACTOS, RESISTÊNCIAS E LUTAS**

Dias 14 e 15 de agosto de 2014 | Brasília/DF

Inscrições no site [trabalho-constituicao-cidadania.blogspot.com.br](http://trabalho-constituicao-cidadania.blogspot.com.br)

**Programação resumida:**

O Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", da Faculdade de Direito da UNB convidam para o Seminário "A Terceirização no Brasil: Impactos, resistências e lutas", a ser realizado nos dias 14 e 15 de agosto de 2014, no auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília.

**Dias 14 e 15 de agosto de 2014 - Brasília/DF**

**Local:** Auditório do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF-T), Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF.

**Confira a programação resumida do evento:**

**Primeiro dia: 14 de agosto de 2014**

**14h** - Abertura do evento.

**14h30** - Painel: Terceirização, limites jurídicos e normas internacionais de proteção ao trabalho.

**18h** - Conferência de abertura: O capitalismo contemporâneo e seus impactos na regulação social do trabalho e a terceirização. Conferencista: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo.

**19h30** - Mesa: Poderes da República e Terceirização: Limites e regulação. A Repercussão Geral e seus significados, com parlamentares. Ministrando: Ministros do TST.

**Segundo dia: 15 de agosto de 2014**

**Mesa 1 (9h30 - 10h30)** - A Terceirização e as Pesquisas Sociais - Impacto no mundo do trabalho público e privado, com apresentação de pesquisas sobre a terceirização em diversos setores.

**Mesa 2 (10h45 - 12h45)** - A Terceirização, acidentes de trabalho e adoecimento: o sistema de fiscalização brasileiro, com apresentação de pesquisas sobre terceirização, acidentalidade e adoecimento.

**Mesa 3 (14h30 - 17h)** - Terceirização e atores sociais e coletivos: estratégias e regulamentação. Participação - GT de terceirização da CUT, integrantes do FORUM e entidades de assessoria sindical (CUT, INTERSINDICAL, Industrial, Confederação Sindical Internacional, ANAMATRA, ALAL, ANPT, ASRAI, DIEESE).

**Conferência de encerramento (17h30 - 19h)** - A Terceirização: precarização, desafios e possibilidades de superação no mundo do trabalho contemporâneo. Conferencista - Prof. Dr. Ricardo Antunes.

**Realizantes, colaboradores e coordenadores:**

Paulo Schmidt (Presidente da ANAMATRA), José Roberto Freire Pimenta (Ministro do TST), Roberto Caldas (Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos), Luis Antônio Camargo de Melo (FGT), Luiz Gonzaga Belluzzo (IE/Unicamp), Magda Barros Bivianchi (CESIT/IE/UNICAMP), Ricardo Pires (MHUD), Paulo Renato Palm (Senador), Paulo Teixeira (Deputado Federal), Henrique Fontana (Deputado federal), Maurício Godinho Delgado (Ministro do TST), Kátia Magalhães Arruda (Ministra do TST), Carlos Eduardo de Azevedo Lima (Presidente da ANPT), Lúlio Bentes Correa (Ministro do TST/Perito OIT), Marilene Teixeira (CESIT/IE/UNICAMP), Gabriela Neves Delgado (FD/UNB), Cristiano Patxão (MPT e FD/UNB), Maria da Graça Druck (FCH/UFPA), Oriálio Coutinho (Juiz do Trabalho/UFPA), Luiz Salvador (Presidente da ALAL), Vitor Filgueiras (CESIT/IE/UNICAMP), Margarida Barros (INXIN/PUC/SP), Ricardo José Macedo de Brito Pereira (MPT e FD/UNB), Anselmo Ruoso (Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina) e Mônica Pereira (CONTRAF). GT de terceirização da CUT, CUT, CTA, INTERSINDICAL, Industrial, Confederação Sindical Internacional, CSI, ANAMATRA, ALAL, ANPT, ANPT, DIEESE, Brasil de Ativos (IE/UNICAMP), Lúlio Bentes Correa (Ministro do TST), Maria da Graça Druck (FCH/UFPA).